



103

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000182-52.2005.8.17.0360 (0220077-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PROTESTO POR NOVO JÚRI. DECISÃO QUE NÃO SE COADUNA COM OS ELEMENTOS DE PROVA QUE INTEGRAM OS AUTOS. PROVIMENTO DA APELAÇÃO. UNANIMIDADE.

1. Para que o julgamento seja válido, a decisão do Júri deve guardar verossimilhança com os elementos de prova que integram os autos. O conjunto probatório dos presentes autos é manifestamente contrário a decisão do Júri.
2. Provimento.
3. Unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000182-52.2005.8.17.0360 (0220077-1), em que figuram como apelando **JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da

184

Primeira Câmara Extraordinária deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, pelo provimento da apelação criminal interposta para que o *decisum* vergastado seja rescindido de modo que o apelado seja submetido a novo julgamento perante o Júri Popular.

Recife, 22 de 03 de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



[Assinatura]

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000182-52.2005.8.17.0360 (0220077-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

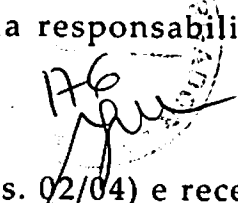
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

RELATÓRIO

O Órgão do Ministério Público Estadual atuante na Comarca de Buíque apelou da decisão do Tribunal do Júri, que absolveu o apelado JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA, da acusação de homicídio da vítima Jose Alves de Souza.

O apelado foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e III do CPB, observados os efeitos do art. 2º da Lei nº 8.072/90. Relata a exordial que *"no dia 13 de fevereiro de 2005, por volta das 17:00 horas, próximo ao campo de futebol do sítio Cancela, no município de Tupanatinga, o ora denunciado desferiu vários golpes de faca-peixeira na vítima José Alves de Souza, causando-lhe graves ferimentos, os quais culminaram na sua morte"*.

Segundo narrativa da denúncia, acusado e vítima viviam envolvidos em bebedeiras, e no dia do evento fatídico não foi diferente, os dois se encontravam embriagados e começaram uma discussão, chegando às vias de fato. O acusado, que estava armado com uma faca-peixeira, fez uso desta para ceifar a vida da vítima.

Narra ainda a acusação que após a consumação do homicídio em tela, o denunciado, buscando livrar-se da responsabilidade pelo crime cometido teria se evadido deste município. 

A denúncia foi ajuizada em 27.06.2005 (fls. 02/04) e recebida através de despacho proferido em 06.10.2005 (fls. 31/32), no qual foi também decretada a prisão preventiva do acusado.

Às fls. 45/46 foi juntado aos autos comunicação do cumprimento do mandado de prisão, sendo o apelado capturado em 17.03.2008.

Às fls. 87/90 foram colhidos os depoimentos das testemunhas arroladas pelas partes.

Alegações Finais do Órgão Ministerial às fls. 94/97, pugnando pela procedência da denúncia, para o fim de ser o réu pronunciado.

A Defesa ofertou suas Alegações Finais às fls.99/102, requerendo que, em caso de pronúncia, fosse concedida liberdade provisória em favor do réu.

O Juízo acolheu a pretensão ministerial e pronunciou o apelado.

O Tribunal do Júri de Buíque decidiu absorver o apelante acolhendo a tese da defesa, segundo a qual fato decorreu de legítima defesa própria.

O Ministério Público recorreu da decisão ao argumento de que a prova dos autos não de coaduna com a decisão do Conselho de Sentença, de modo que é necessária a realização de um novo julgamento.

Nas contrarrazões, a defesa requer a rejeição dos argumentos ministeriais e pugna pelo não provimento recursal.

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer, por entender que os Jurados decidiram de forma manifestamente contrária a prova dos autos, opina pelo provimento do recurso (fls. 165/167).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 28 de agosto de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



185

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000182-52.2005.8.17.0360 (0220077-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

VOTO

O Ministério Público se insurge em face da deliberação do Tribunal Popular do Júri da Comarca de Buíque, que absolveu o apelado **JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA** da acusação de homicídio Qualificado.

A insurgência encontra fulcro no art. 386, inciso IV, do Código de Processo Penal, pois o *Parquet* alega que os Jurados, ao acolherem a tese da defesa, de que o apelado agiu em legítima defesa, e julgaram de forma contrária a prova dos autos. Segundo o apelante, a vítima foi alvejada pelas costas, de modo que é absolutamente impertinente a conclusão do Conselho de Sentença.

Pois bem, a materialidade delitiva é evidente, diante do laudo tanatoscópico contido nos autos.

A análise da presente medida recursal é adstrita ao ponto indicado nas razões do inconformismo¹. Para apreciar o argumento contido nas razões recursais, é mister transcrever o

¹ Súmula 713 (STF): O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição

depoimento do apelado, quando do seu interrogatório judicial (fls. 61/61):

*"(...) Que não é verdadeira a acusação que lhe é feita; que no dia do fato, não estava bebendo com o acusado e sim no sítio vizinho, na casa de sua mãe; que quando voltou a vítima chamou o acusado para ir a sua residência; que o acusado não aceitou o convite, pois a vítima estava lhe ameaçando de morte; que o ofendido era pessoa mal quista no sítio Cancela, pois ameaçava os demais habitantes do local e até já havia atirado contra um vizinho chamado José, conhecido por "Dundé"; que diante da negativa do interrogado, a vítima avançou na bolsa que o mesmo portava e com a alça, **tentou enforcá-lo**; que havia várias pessoas presentes e ninguém tomou partido pois não gostavam do acusado; **que para se defender, o réu sacou de sua faca, a qual portava na cintura e agrediu a vítima, ceifando-lhe a vida**; que Dundé e Francisco presenciaram o fato; que nunca foi preso ou processado anteriormente;*

A testemunha ocular do crime, Sr. **GENIVALDO MATIAS DA SILVA**, narrou o crime nos seguintes termos:

*"(...) **Que a vítima olhou para o acusado e disse "esse cara de hoje ele não passa"**; Que o acusado nada respondeu e se dirigiu a um bar que ficava próximo ao campo; Que o bar era de "Zé de Joé"; Que, quando o acusado estava saindo do bar com uma garrafa de cachaça "51" que havia acabado de comprar, a vítima chegou próxima do acusado e começou a puxá-lo pela alça de uma bisaco (mochila), que o acusado trazia consigo, dentro do qual estava algumas ferramentas de trabalho do acusado, o qual também consertava rádios; Que o acusado disse que não iria com a vítima; Que a vítima puxava o acusado insistentemente; Que a vítima deu uma rasteira no acusado o qual veio a cair junto com a vítima; Que a vítima e o acusado se levantaram; Que o acusado tentava ir embora, mas a vítima insistia em segura-lo; Que o acusado se deslocava com dificuldade diante da insistência da vítima em segurá-lo; Que, já próximo a estrada, vítima e acusado caíram mais uma vez; Que o acusado conseguiu se desvencilhar e **quando estava a uma certa distância ouviu quando a vítima o chamou de covarde e disse: "você vai embora, é um covarde, mas de hoje você não passa"**; Que, diante dessas palavras, o acusado voltou*

em direção à vítima, e ao se aproximar da vítima, puxou uma faca que estava dentro do bisaco e desferiu um primeiro golpe na vítima que atingiu a garrafa de cachaça que se encontrava na mão da vítima; Que o acusado desferiu um segundo golpe que atingiu a vítima "no pé da barriga"; Que, durante o segundo golpe, o acusado caiu por cima da vítima; Que em nenhum momento a vítima tentou se defender; Que o acusado saiu de cima da vítima e ficou, de joelhos, ao lado do corpo, atordoado; Que após o segundo golpe, o acusado ficou com a faca na mão; Que depois disso o acusado se evadiu do local; Que no local, além dos integrantes dos dois times, pelo menos onze de cada lado, havia um grande numero de pessoas que estavam assistindo o jogo; Que, quando aconteceram os fatos que culminaram com a morte da vítima, quase todo mundo tinha ido embora; Que além do acusado e da vítima, só se encontrava no local o depoente; Que não tentou apartar a briga porque temia a vítima, assim como todos na localidade (...)"

Do depoimento da testemunha Genivaldo Matias se percebe que após a vítima chamar o apelado de "covarde", este último, que já estava a certa distância do local onde ocorreu o embate corporal, voltou, puxou sua faca e cometeu o homicídio. Tal fato se opõe a tese de legítima defesa, pois a atitude da vítima não representou mal injusto e iminente capaz de justificar o revide mortal do apelado.

Ademais, vale ressaltar que os autos demonstram ainda que a vítima não portava arma e foi alvejada por várias facadas, inclusive pelas costas, como ressaltou o Parquet, o que indica que houve excesso doloso por parte do apelado, pelo que se conclui que não estão presentes, na hipótese, elementos que possam amparar o veredicto do Conselho de Sentença.

Quando se verifica que a decisão dos Jurados é contrário à prova, os tribunais pátrios entendem de maneira uníssona que a decisão deve ser anulada para que o réu seja submetido a novo

108
julgamento. O Superior Tribunal de Justiça, sobre o tema, tem decidido da seguinte forma:

“REsp 417871 / PE ; RECURSO ESPECIAL 2002/0021523-8

Relator: HAMILTON CARVALHIDO

Órgão Julgador: SEXTA TURMA

Data do Julgamento: 07/10/2004

Data da Publicação/Fonte: DJ 17.12.2004 p. 601

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. JÚRI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. Omissis.

2. Omissis.

3. Omissis.

4. O artigo 593, inciso IV, alínea "d", do Código de Processo Penal, todavia, autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, é de ser anulado o julgamento proferido pelo Tribunal Popular.

5. Omissis.

6. Omissis.

7. Omissis.

8 Omissis.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido.”

Nesta Corte de Justiça também é unânime o entendimento de que decisões proferidas pelo Tribunal do Júri de maneira manifestamente contrária a prova dos autos devem ser anuladas:

“APELAÇÃO CRIMINAL. PROCEDIMENTO DO JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO PARA QUE SEJA O RÉU NOVAMENTE SUBMETIDO AO TRIBUNAL DO JÚRI. I – Exsurge dos autos que a decisão do Conselho de Sentença, ao acolher a tese de negativa de autoria em relação ao réu G.M. da S., foi de encontro às provas existentes nos autos do processo. II – Estando demonstrada a contrariedade da decisão do Conselho de Sentença, que acolheu a tese de legítima defesa, com as provas contidas nos autos, deve o réu G. M. da S. ser submetido a novo julgamento. III – Recurso provido. Decisão por maioria de votos” (Apelação Criminal nº 96511-9, Relator Des. Og Fernandes, Segunda Câmara Criminal, julg. em 16/06/04, pub. no DJ nº 168, de 11/09/04).

189

A douta Procuradoria de Justiça, ao ser instada a proferir seu parecer acerca da presente lide, também demonstrou que entende que a decisão vergastada não se coaduna com os elementos de prova dos autos e opinou pelo provimento do recurso.

Ante o exposto, em sintonia com o pronunciamento da douta Procuradoria de Justiça, com arrimo no art. 593, inciso IV, alínea "d", do Código Penal, **voto pelo provimento da apelação criminal interposta para que o *decisum* vergastado seja rescindido de modo que o apelado seja submetido a novo julgamento perante o Júri Popular.**

É como voto.

Recife, 22 de Set de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



02
190

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0000182-52.2005.8.17.0360 (0220077-1)

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: José Francisco de Souza

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Extraordinária Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Christiane R. G. de Farias Santos (convocada)

VOTO DO REVISOR

Senhores Desembargadores:

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo **Ministério Público Estadual**, com fulcro no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, contra decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Buíque, que absolveu **José Francisco de Souza**, pronunciado como incurso nas penas do art. 121, §2º, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo fútil).

Nas razões de fls. 144/147, a Ilma. Representante do *Parquet* alega, em síntese, que a decisão dos jurados foi proferida em desconformidade com o acervo probatório, já que a prova carreada aos autos não autoriza o acolhimento da tese de legítima defesa própria. Requer, assim, o provimento do apelo para o fim de submeter o recorrido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Em contrarrazões, às fls. 150/154, a Defesa pugna pela manutenção da decisão vergastada.

Com vista dos autos, a Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinou pelo provimento do recurso ministerial, às fls. 165/167.

Pois bem.

Como sabido, a Constituição Federal atribuiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar os acusados da prática de crimes dolosos contra a vida, nos termos do artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "d". Trata-se de órgão colegiado composto de juízes leigos, escolhidos dentre integrantes da sociedade civil para julgar o seu semelhante supostamente responsável por ofender valioso bem jurídico, senão o mais, a vida.



191
2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Justamente por se tratar de órgão jurisdicional composto por juízes leigos, desprovidos de aprofundados conhecimentos acerca do conjunto de leis existentes no ordenamento jurídico pátrio, é que a Carta Magna atribui soberania aos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, garantindo que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença somente por outro possa ser modificada, impedindo que a sua competência constitucionalmente atribuída seja invadida por eventuais reformas feitas por órgãos do Poder Judiciário.

Dessa forma, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, a decisão do Conselho de Sentença só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada da prova dos autos.

Por outro lado, a exegese do § 3º do art. 593, CPP, não deixa dúvidas que, em casos tais, somente deve se dar provimento ao recurso, sujeitando o réu a novo julgamento, se ficar demonstrado que a decisão dos jurados foi “*manifestamente contrária*” ao conjunto probatório.

Conquanto o limite dessa expressão não seja absoluto, em sede jurisprudencial assentou-se que caberá anulação do *veredicto* popular sempre que a decisão não encontrar o mínimo respaldo nos autos, violando as regras básicas da própria lógica, consubstanciando verdadeira arbitrariedade do Conselho de Sentença.

Partindo de tais premissas, pode-se afirmar que, no caso dos autos, o julgamento atacado, que reconheceu ter o apelado agido em legítima defesa, merece ser cassado por esse Tribunal. Senão vejamos.

Segundo consta na denúncia (fls. 02/04), “no dia 13 de fevereiro de 2005, por volta das 17:00 horas, próximo ao campo de futebol do sítio Cancela, no município de Tupanatinga, o ora denunciado desferiu vários golpes de faca-peixeira na vítima JOSÉ ALVES DE SOUZA, causando-lhe graves ferimentos, os quais culminaram na sua morte”.

Relata a exordial acusatória que “acusado e vítima viviam envolvidos em bebedeiras, e no dia do evento fatídico não foi diferente, os dois encontravam-se em estado etílico, após consumirem um litro de aguardente e começaram uma discussão, chegando às vias de fato, o acusado que estava armado com uma faca-peixeira, fez uso desta ceifando a vida da vítima, a qual ainda foi socorrida e levada a Arcoverde, porém, não resistiu, vindo a óbito”.



192
3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

A materialidade do delito está devidamente comprovada nos autos, conforme auto de exame cadavérico de fl. 11.

A autoria é igualmente incontroversa, já que o apelado assumiu a prática do fato nas duas oportunidades em que foi ouvido.

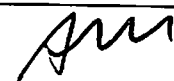
Consta dos autos que o acusado evadiu-se do distrito da culpa logo após o fato, somente sendo preso quase três anos depois (fl. 46), por força de prisão preventiva decretada quando do recebimento da denúncia (fls. 31/32).

Por isso, a primeira vez que falou sobre o delito foi quando interrogado em juízo, oportunidade em que declarou o seguinte:

“[...] Que não é verdadeira a acusação que lhe é feita; que no dia do fato, não estava bebendo com o acusado e sim no sítio vizinho, na casa de sua mãe; que quando voltou a vítima chamou o acusado para ir a sua residência; que o acusado não aceitou o convite, pois a vítima estava lhe ameaçando de morte; que o ofendido era pessoa mal quista no sítio Cancela, pois ameaçava os demais habitantes do local e até já havia atirado contra um vizinho chamado José, conhecido por ‘Dundé’; que diante da negativa do interrogado, a vítima avançou na bolsa que o mesmo portava e com a alça, tentou enforcá-lo; que havia várias pessoas presentes e ninguém tomou partido, pois não gostavam do acusado; que para se defender, o réu sacou de sua faca, a qual portava na cintura e agrediu a vítima, ceifando-lhe a vida; que Dundé e Francisco presenciaram o fato; que nunca foi preso ou processado anteriormente; [...] Que a vítima tinha por hábito, quando chegava embriagado, agredir seus genitores; [...]”. (fls. 60/61) Destaquei.

Perante o Plenário do Júri, o acusado apresentou a seguinte versão:

“[...] Que é verdadeira em parte a acusação que lhe é feita; Que no dia do fato não estava bebendo com a vítima, estava no sítio Baixa Funda consertando um aparelho de uma antena parabólica de um amigo; que a vítima estava assistindo a um jogo no campo de futebol e o interrogado foi chamado pela vítima quando passava; que a vítima convidou o acusado para ir consigo beber em sua residência; que o interrogado rejeitou o convite e a vítima

 hms



193
4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

insistiu; que o interrogado saiu do campo e foi à bodega de José de Joel; que bebeu uma dose na bodega; que a vítima seguiu o acusado e permaneceu na porta da bodega; que quando chegou não viu a vítima bebendo; que a vítima permaneceu na frente da bodega esperando o retorno do interrogado; que foi atacado pela vítima quando chegava em casa, na estrada que segue para Ibimirim; que foi acompanhado pela vítima quando deixou a bodega em direção à sua casa; que a vítima tentou asfixiar o interrogado com a alça da bolsa que ele acusado carregava, tipo 'aiol'; [...] que costumava beber com a vítima, mas nesse dia não bebeu com esta; [...] que José não estava armado quando agrediu o interrogado; [...] que estava armado com faca no momento do crime, como é de seu costume; que acha que a vítima queria que ele interrogado fosse à sua casa para lhe fazer algum mal, pois possuía uma espingarda; que a bodega fica próxima à estrada onde ocorreu o crime; que muita gente viu o crime; que também muita gente viu quando a vítima insistiu com o acusado para ele ir beber em sua residência; que acha que a vítima sabia que ele estava munido de faca; [...] que na realidade a vítima puxou pela tira da bolsa e não lhe enforcou; que a vítima agrediu o acusado; que a vítima ao perceber que o acusado não ia à sua residência, chamou palavrões e deu tapas no acusado; que a vítima empurrou o acusado e soltou a alça da bolsa; que o acusado perdeu a paciência e usou a peixeira e atingiu o acusado 'no pé da barriga'; que em nenhum momento retirou a bolsa que usava; [...] que na realidade desferiu duas facadas na vítima, sendo a primeira na barriga e a segunda não sabe dizer; que não ficou com marcas de lesão; que não sabe indicar onde foi chutado pela vítima, informando ter entrado em vias de fato com a vítima; que a vítima chamou o acusado de covarde; que não entende ser chamado de covarde um insulto muito grande; [...] que quando estava embriagada a vítima ia à porta do interrogado e, com palavrões, o ameaçava, lhe chamando de covarde, filho de alguma coisa e que um dia o acusado iria pagar; que Genival Matias e Francisco estavam presentes quando a vítima disse; 'de hoje esse cabra safado não passa'; que utilizava uma faca peixeira de nove polegadas; que é comum na zona rural se andar com faca na cintura; que não tinha a intenção de matar a vítima antes ou mesmo naquele dia; que a vítima já chegou a ser presa e



194
5

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

atirar contra Dundé; **que foi às vias de fato com a vítima, chegando ambos a rolar no chão; [...]**". (fls. 130/131) Destaquei.

Como se percebe, embora o acusado relate a existência de desavenças anteriores entre a vítima e ele, ao tentar justificar sua conduta, quanto ao momento exato do delito, descreve apenas um pequeno entrevero pelo fato da vítima incessantemente insistir que a acompanhasse, chegando a puxar-lhe pela alça da bolsa que levava. Afirma que chegaram às vias de fato, sem, contudo, descrever qual teria sido a injusta agressão, por parte da vítima, que o levou a tomar atitude tão drástica. Ao contrário, assevera que, diante da insistência da vítima *"perdeu a paciência e usou a peixeira e atingiu o acusado 'no pé da barriga'"*.

Ora, como é sabido, nos termos do art. 25 do Código Penal, *"entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem"*.

Portanto, o primeiro requisito para a configuração da referida excludente de ilicitude é que a ação de defesa tenha sido promovida em face de uma agressão injusta provocada por outrem. Em seguida, há que se distinguir entre a necessidade do meio utilizado para repelir a agressão e o emprego moderado deste.

Como ensina Guilherme de Souza Nucci, meios necessários *"são os eficazes e suficientes para repelir a agressão ao direito, causando o menor dano possível"*, enquanto que a moderação *"é a razoável proporcionalidade entre a defesa empreendida e o ataque sofrido"*¹.

Na hipótese, nem mesmo da versão apresentada pelo réu extrai-se a existência de uma injusta agressão, mas apenas uma "chateação" por parte do ofendido, que, mesmo diante da negativa do acusado, insistia que este o acompanhasse para beberem juntos, chegando até proferir impropérios contra o mesmo diante de sua negativa.

Ocorre que a vítima, além de visivelmente embriagada, não portava qualquer arma, como o próprio acusado afirmou. Por isso, mesmo que tenha havido algum tipo de agressão por parte do ofendido, tendo chegado às vias de fato, não se revela necessária a utilização da faca para repeli-la, tampouco há como se reconhecer proporcionalidade na defesa, quando se constata ter o réu desferido dois golpes contra a

¹ In Código penal comentado. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 276 e 278.

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

vítima, um deles atingindo-a nas costas, conforme consta no auto de exame cadavérico (fls. 11 e 116/117).

Confira-se, ainda, o depoimento da única testemunha presencial do delito, o Sr. Genivaldo Matias da Silva, *in verbis*:

“[...] que, no dia do fato, por volta das 16:00 horas, o depoente estava participando de uma partida de futebol no campo denominado Baixa Funda; Que no local já se encontrava a vítima; **Que a vítima já estava embriagada e estava bebendo cachaça e assistindo ao jogo**; Que, quando o acusado chegou ao local, no intervalo entre o primeiro e segundo tempo da partida de futebol, a vítima estava deitada no chão; **Que a vítima olhou para o acusado e disse ‘esse cara de hoje ele não passa’**; Que o acusado nada respondeu e se dirigiu a um bar que ficava próximo ao campo; Que o bar era de ‘Zé de Joé’; **Que, quando o acusado estava saindo do bar com uma garrafa de cachaça ‘51’ que havia acabado de comprar, a vítima chegou próxima do acusado e começou a puxa-lo pela alça de uma bisaco (mochila), que o acusado trazia consigo, dentro do qual estava algumas ferramentas de trabalho do acusado, o qual também consertava rádios**; **Que o acusado disse que não iria com a vítima**; **Que a vítima puxava o acusado insistentemente**; **Que a vítima deu uma rasteira no acusado o qual veio a cair junto com a vítima**; **Que a vítima e o acusado se levantaram**; **Que o acusado tentava ir embora, mas a vítima insistia em segurá-lo**; **Que o acusado se deslocava com dificuldade diante da insistência da vítima em segurá-lo**; **Que, já próximo a estrada, vítima e acusado caíram mais uma vez**; **Que o acusado conseguiu se desvencilhar e quando estava a uma certa distância ouviu quando a vítima o chamou de covarde e disse: ‘você vai embora, é um covarde, mas de hoje você não passa’**; **Que, diante dessas palavras, o acusado voltou em direção à vítima, e ao se aproximar da vítima, puxou uma faca que estava dentro do bisaco e desferiu um primeiro golpe na vítima que atingiu a garrafa de cachaça que se encontrava na mão da vítima**; **Que o acusado desferiu um segundo golpe que atingiu a vítima ‘no pé da barriga’**; **Que, durante o segundo golpe, o acusado caiu por cima da vítima**; **Que em nenhum momento a vítima tentou se defender**; **Que o acusado saiu de cima da vítima e ficou, de joelhos, ao lado do corpo,**

hms



196
7

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

atordoados; **Que após o segundo golpe, o acusado ficou com a faca na mão; Que depois disso o acusado se evadiu do local; Que no local, além dos integrantes dos dois times, pelo menos onze de cada lado, havia um grande numero de pessoas que estavam assistindo o jogo; Que, quando aconteceram os fatos que culminaram com a morte da vítima, quase todo mundo tinha ido embora; Que além do acusado e da vítima, só se encontrava no local o depoente; Que não tentou apartar a briga porque temia a vítima, assim como todos na localidade; Que a vítima era dada a desordens quando estava embriagada, colocando 'tocias' e ameaçando até as crianças; Que o acusado, quando chegou ao local, já tinha ingerido bebida alcoólica e apresentava algum sinal de embriaguez; Que a vítima sempre ameaçava o acusado de morte, quando este não aceitava o convite da vítima para beber; Que, na sexta-feira anterior ao dia do crime, a vítima mandara dizer ao acusado que se preparasse que iria matá-lo debaixo da cama; [...] Que, quando a vítima chamou o acusado de covarde, este se encontrava há uma distância de cerca de 11 metros; Que o acusado ia andando de costa para a vítima, quando esta chamou de covarde e o ameaçou; [...]."** (fl. 88) Destaquei.

Do relato acima, verifica-se que a única testemunha ocular confirma que vítima e acusado chegaram às vias de fato, justamente em razão de a primeira insistir para que o réu a acompanhasse até sua residência para bebericarem juntos. Há, sem dúvida, a descrição de uma cena onde dois indivíduos embriagados se envolvem em uma briga por questão de somenos importância, certamente em razão do estado de alcoolemia em que se encontravam.

Não há nada, porém, que legitime a conduta do acusado, principalmente porque, segundo referida testemunha, *"quando a vítima chamou o acusado de covarde, este se encontrava há uma distância de cerca de 11 metros"*, neste momento, o réu *"voltou em direção à vítima, e ao se aproximar da vítima, puxou uma faca que estava dentro do bisaco e desferiu um primeiro golpe na vítima que atingiu a garrafa de cachaça que se encontrava na mão da vítima"*, em seguida, *"desferiu um segundo golpe que atingiu a vítima 'no pé da barriga'"*.

Destaque-se, ainda, que as demais testemunhas ouvidas durante a instrução – Maria Francisca Feitosa, Maria José de Sá e Rosa Alves de Souza (fls. 87/89)-

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

declaram que vítima e acusado tinham o costume de beberem juntos e, volta e meia, quando estavam embriagados, se desentendiam, chegando às vias de fato.

Diante desse cenário, embora não caiba a esta Corte valorar se a prova da Acusação é melhor do que a defensiva, ou vice-versa, *in casu*, conclui-se que a tese defensiva acolhida pelo Júri representou favor abusivo, desautorizado pelo arcabouço probatório e condenado pelo estado de direito, que não se compadece com o arbítrio de uma decisão totalmente desarrazoada, já que, repita-se, nem mesmo a palavra do réu traz os elementos necessários à configuração da legítima defesa.

Desse modo, o Conselho de Sentença julgou em total dissonância com a prova dos autos, razão pela qual a anulação do veredicto popular, na forma do art. 593, § 3º, do Código Processual Penal², é medida de rigor.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **dou provimento** ao recurso interposto pelo Ministério Público, **a fim de submeter o réu José Francisco de Souza a novo julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Buíque/PE.**

É como voto.

Recife 22 de Setembro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor

² Art. 593. ...omissis...

[...]

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.